



Investimento em educação

Chamou-me a atenção estudo divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (composta por 34 países principalmente europeus) na semana passada, intitulado “Equidade e qualidade da educação”, no qual se recomenda aos governos da união europeia um aumento no nível de investimentos em educação.

A lógica desta recomendação fundamenta-se no investimento em educação como forma de solapar as condições econômicas adversas vividas por esses países, pavimentando desta forma o caminho para a recuperação sustentada dessas economias. Com uma alta taxa de desemprego, o caminho para esses países seria, segundo o estudo mencionado, o aprofundamento das políticas educacionais, de forma a proporcionar condições ainda melhores de qualificação. Cabe ressaltar que mesmo em tempos difíceis, fica nítida a preocupação desses países em ofertar uma educação pública com qualidade ascendente.

O estudo também enfatiza o papel da educação como indutora da pesquisa e inovação, além de economizar aos cofres públicos (principalmente médio e longo prazo) vultosos recursos que outrora seriam gastos com previdência e saúde (um indivíduo com um bom nível educacional, geralmente produz mais riqueza ao longo da vida, desonerando a administração pública durante a fase de aposentadoria).

Analisando o documento da OCDE, percebe-se uma clara preocupação em tratar investimento em educação como política de estado, ou seja, diretrizes que são seguidas ao longo de anos, independente do governo que esteja no comando. É desta forma que a grande maioria dos países europeus tem gerenciado suas políticas educacionais. Resultados exitosos têm sido obtidos, mensurados principalmente pelo PISA - Programa de Avaliação Internacional de Estudantes.

Ao Brasil, cabe fazer seu “dever de casa”, pendente há várias décadas. Alocar no MEC (Ministério da Educação) e nas Secretarias de Educação (estaduais e municipais) recursos humanos mais profissionais e menos políticos, concedendo dessa forma à gestão pública, os meios para desenvolver políticas educacionais efetivas e duradouras.

Portanto, é condição essencial aos responsáveis pela educação pública brasileira praticar “políticas de estado”, lançando as bases para um bom direcionamento dos investimentos em educação. Infelizmente, hoje se constatam nas diversas esferas de poder (federal, estadual e municipal) ações pautadas por um curto horizonte de tempo e com forte conotação política, características de uma “política de governo”.